

IMPLICAÇÕES DA MATERNIDADE NO MERCADO DE TRABALHO DA MULHER

Aline Reis Melo de Souza¹, Cibele Agostinho Lopes¹, Mirely Afonso Simões¹, Elaine Bello Bonorino²

1. Acadêmicas do curso de Psicologia da Faculdade MULTIVIX - Vitória ES.
2. Professora Titular do curso de Psicologia da Faculdade MULTIVIX - Vitória ES.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso – TCC traz à discussão a relação que se estabelece entre a mulher, o trabalho e a maternidade. Reflete a respeito da construção histórica desses conceitos, visando analisar os desafios que as mulheres da atualidade enfrentam devido à multiplicidade de papéis incumbidos a elas; os fatores socioculturais que as levaram a exercer essas funções e a chamarem de suas; e como tais tarefas contribuem para gerar desigualdade de gênero. Dialoga sobre os movimentos feministas ao longo da história de luta em busca dos direitos e suas conquistas, e sobre como o capitalismo se articula nessa problemática. As observações aqui concebidas partiram da perspectiva da Psicologia Social.

Palavras-chave: Maternidade; Trabalho; Mulher; Múltiplos papéis; Psicologia Social.

ABSTRACT

This Undergraduate Thesis provides a discussion of the relationship that is established between women, work and motherhood, reflecting about the historical development of these concepts, aiming to analyze the challenges faced by the women of today due to the multiplicity of roles that they are responsible for, and the sociocultural factors which led them in the exercise of these functions and call their own, and such as, these tasks can contribute to generating gender inequality. Dialoguing about the feminist movements throughout the history of struggle in the search for the rights and achievements, and how capitalism relates to this issue and to observe, it started from the perspective of Social Psychology.

Key Word: Maternity; Job; Woman; Multiple roles; Social Psychology.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso suscita uma reflexão acerca do tema: “As implicações da maternidade no mercado de trabalho”, haja vista que a maternidade e o amor materno são construções sociais (BADINTER, 1985). Busca-se a problematização desse conceito de forma crítica, para melhor compreender o percurso que originou a concepção naturalista que temos hoje (VIERA; ÀVILA, 2018).

Visa analisar o impacto dessa construção histórica, que é a maternidade, sobre as mulheres na contemporaneidade e como se articula junto aos múltiplos papéis que desempenham em suas vidas. Como resposta a essa questão, apresentou-se a relação da mulher com o trabalho – a julgar que hoje as mulheres tenham uma vida independente e autônoma – e, por intermédio do trabalho, mantêm sua vida sem depender de uma figura masculina ou de se estar em um relacionamento conjugal (PUCCINI; ARON; SANTIAGO, 2015).

Partimos, portanto, do ponto de vista da Psicologia Social para analisarmos a significação dos papéis sociais em diferentes contextos da história, tendo como principal autora de referência a psicóloga e doutora em Psicologia Social Ana Mercês Bahia Bock (2002). Analisaremos a relação histórica entre mulher, maternidade e trabalho, e como ao passar dos séculos a maternidade se tornou uma tarefa feminina, como exposto por Badinter (1985).

Devido a sua grande contribuição com o tema em questão, faz-se necessária a inclusão da filósofa, autora e historiadora Elizabeth Badinter (1985). Pois sua obra, “Um amor conquistado: O mito do amor materno”, de 1985, trouxe grandes debates e questionamentos ao tema maternidade. Além dela, incluímos também a clássica Simone de Beauvoir (1970).

A Psicologia Social busca refletir sobre essas questões de origem histórica que se fazem presentes na sociedade atual (LIMA; CIAMPA; ALMEIDA, 2009), assim como a relação “mulher e maternidade” e “maternidade e sociedade” e sobre quais formas de subjetividade estão presentes nessas relações e as premissas estabelecidas sobre o corpo feminino, justificando assim o interesse da Psicologia Social (VIERA; ÀVILA, 2018).

Esse tema se fundamenta, pois, por meio da história, as modificações familiares e os novos arranjos conjugais se alteravam de acordo com os fatores econômicos, culturais e sociais. Com isso, os papéis sociais também sofreram alterações em seus significados. Conseqüentemente, esses movimentos influenciaram as vivências na sociedade contemporânea, o que torna a busca pela compreensão dessa produção de papéis sociais relevantes (CARVALHO; OLIVEIRA, 2017).

O método utilizado para abordagem da pesquisa foi o qualitativo exploratório, que pretende conceber novas reflexões e analisar o tema proposto, gerando novos conhecimentos concernentes a ele. Os fatos analisados são produzidos na relação do sujeito com o mundo real, como se refere Matias-Pereira (2019). Para a coleta de dados, foi utilizada a metodologia de levantamento bibliográfico, recorrendo-se a sites e a repositórios de periódicos, dissertações, monografias, artigos científicos e livros.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA E MÉTODO DA PESQUISA

O presente trabalho de conclusão de curso possui natureza básica, pois a proposta é gerar conhecimentos úteis sem uma aplicação prática específica. Quanto à abordagem, classifica-se como uma pesquisa qualitativa e exploratória. Os fenômenos apresentados possuem uma relação dinâmica entre os sujeitos e o mundo, tendo como objetivo explorar o tema proposto, a fim de averiguar a hipótese. Quando se refere ao procedimento, foi adotada a pesquisa bibliográfica, realizando uma busca por material publicado, assim como descrito por Matias-Pereira (2019).

Foi utilizado, como técnica de coleta de dados, levantamento bibliográfico, contendo livros e artigos científicos, sendo acessados de formas digitais por Scielo, Pepsic, Google Acadêmico, Portal Capes e manuais. Assim, foi encontrado um universo de 81 obras, com os seguintes descritores: “maternidade e trabalho”, “construção da maternidade”, “maternidade e psicologia social”, “papel social da mulher” e “múltiplos papéis da mulher”.

A partir do universo encontrado, utilizou-se 38 obras como amostra, sendo 26 artigos, 1 monografia, 2 manuais metodológicos e 5 livros – 2 digitais e 3 físicos -, além de 2

relatórios de pesquisas do IBGE e 2 Leis (Lei n.º 11.770 e Lei n.º 9.799). Foram priorizadas obras postadas entre os anos de 2014 a 2019, entretanto, algumas obras clássicas referentes à teoria e ao tema deste trabalho de conclusão de curso também foram utilizadas.

O método utilizado na pesquisa foi o hipotético dedutivo, portanto, se dispõe de uma ideia hipotética acerca dos efeitos dessa temática (MATIAS-PEREIRA, 2019). Para verificar os dados, foi utilizada a metodologia de análise de conteúdo, quando se pretendeu identificar as palavras chaves a respeito do tema em discussão (LAKATOS, 2017).

2.2 NATURALIZAÇÃO DA MATERNIDADE

Badinter (1985) conta-nos que no ano 1780 das 21 mil crianças que nasciam em Paris, somente mil eram amamentadas por suas mães; e outras mil eram amamentadas por amas de leite. Todas as outras viviam em casas longe de uma ama mercenária. Muitas crianças morriam antes mesmo de conhecer o rosto de suas mães. Algumas, que eventualmente retornavam às suas famílias, conheceriam apenas uma mulher estranha que lhe deu a luz. Nada nos diz que esse reencontro foi vivido com felicidade ou que essa mãe satisfizesse as necessidades do filho com amor e bom grado – como acreditamos hoje ser um dom natural da mãe.

O desinteresse pelo bebê, bem no início de sua vida, quando necessita do leite materno e do cuidado da mãe para que sobreviva, justificaria a diferença daquela época para os dias atuais (BADINTER, 1985). Essa variação de comportamento materno, conforme o autor supracitado, causa estranheza, pois contradiz a ideia de um instinto materno inato à mulher. O amor da mãe por muito tempo foi considerado um instinto que explicaria de forma natural o comportamento da mulher frente ao seu filho (SILVA, 2019).

A mulher, quando se torna mãe, descobre em si a solução para sua nova conjuntura, como se algo automático despertasse uma força que aguardava com anseio o momento de cumprir essa tarefa. Sendo a gravidez de origem biológica, acredita-se que a maternidade está, de alguma forma, em conjunto nesse processo. A

reprodução não estaria completa se a mulher não a garantisse até o fim; garantisse que o feto sobreviveria até seu nascimento (BADINTER, 1985).

Esse pensamento leva a questionar o uso dúbio do conceito de maternidade, porque se utiliza para se referir a um estado temporário, a gravidez, e ao mesmo tempo a uma atividade de longa duração. Por conseguinte, a função materna só terá fim quando a mãe tiver concebido uma pessoa adulta. Partindo desse pensamento, como compreender as falhas da maternidade, como entender a indiferença e o abandono que se tornaram comuns no século XVII e se arrastou pelos séculos seguintes? (BADINTER, 1985).

Esse fato constatado pela história originou várias explicações e diz que o instinto de vida ultrapassa o instinto materno, revelando possibilidade de variações de maternidade. Todavia, fica o questionamento: deve-se entender como “anormal” a mãe que não ama seu filho ou esse instinto materno funciona apenas em algumas? Há alguns anos, Simone de Beauvoir (1970) levantou a discussão sobre o instinto materno, o que levou psicólogos e sociólogos a questionarem também. Porém, a maioria era mulheres de movimentos feministas e simulou-se que a inspiração era mais militante do que científica (BADINTER, 1985).

Foram realizados estudos sobre os povos “primitivos”, mas se restringindo a tirar conclusões necessárias a seu respeito. Eram sociedades arcaicas, em algumas delas os pais eram mais maternos que as mães, podendo ser elas até mesmo cruéis. Porém, não se utilizou desse estudo para mudar essa visão, não se soube usar essa comprovação histórica para questionar os conceitos e normas morais (BADINTER, 1985).

É correto dizer que, há algum tempo, o conceito de instinto humano perdeu um pouco sua força, pois é complicado universalizar as atitudes e comportamentos do homem (RESENDE, 2017). A comunidade científica entrou em consenso e resolveu deixar em desuso o conceito de instinto humano. Porém, quando falamos de instinto materno – ainda que inconscientemente –, traçamos certa semelhança com aquele conceito (BADINTER, 1985).

Como expôs Badinter (1985), mesmo a maternidade não pertencendo ao campo instintivo, usa-se desse pensamento. Está no inconsciente coletivo. Entende-se que o amor materno é algo sagrado e forte, e, sendo assim, tem sua origem na natureza feminina. Etologistas realizaram estudos do comportamento de macacas e seus filhotes. Sendo os macacos parecidos conosco, acharam que poderiam compreender o comportamento das mulheres por intermédio desse estudo. Alguns acataram essa comparação. Foi retirado o conceito de instinto e adotou-se o amor materno.

No sentimento social, recusa-se e julga-se uma mãe que não ama seu filho, talvez por não desejar questionar o incondicional amor de nossa mãe por nós. Portanto, ao contrário do preconceito, o amor materno é um sentimento humano, contestável, breve e defeituoso que não é inato à mulher. Constatando uma evolução da atividade materna, o interesse e dedicação pela criança se manifestam ou não; o amor transparece ou não transparece (BADINTER, 1985).

2.3 A NOVA MÃE

É no fim do século XVIII que se pôde ver as primeiras aparições da imagem da mãe amorosa. Recomendava-se por publicações que as mães cuidassem de seus filhos e ordenavam a elas que os amamentassem. Antes de tudo, a mulher deveria cuidar da criança. Nesse período, o amor materno era considerado algo novo, dadas as vantagens que trazia para a espécie e para a sociedade, logo se tornou valoroso (BADINTER, 1985).

O maior interesse neste momento era a vida da criança. E isso se tornou um interesse também para o Estado. Logo, tomaram a iniciativa de reunir médicos, moralistas e administradores para convencer as mulheres da importância de cuidar da criança, amamentá-la para que sobreviva (RESENDE, 2017). O discurso usado para persuadir as mulheres, em sua maioria, era repleto de promessas de grande felicidade, por exemplo, porque, sendo uma boa mãe, teriam respeito e seriam reconhecidas como cidadãs (BADINTER, 1985).

Badinter (1985) apresenta alguns componentes presentes nos discursos que fez com que as mulheres conhecessem o amor em cuidar de seus filhos. O primeiro foi o econômico. Nessa época, século XVIII, o regime era monarca e com frequência

aconteciam conflitos e o rei que tinha o maior exército tinha maiores vantagens de vitória e mais mãos para trabalhar no reino. A vida humana passa a ter valor econômico para o Estado. A morte significava uma perda econômica, sendo assim, para atender seu interesse, o Estado exigia que as mulheres cuidassem de seus filhos até estarem fisicamente prontos para servi-lo.

Outro ponto é a igualdade. Diante de um mundo em que o poder é patriarcal, quando a mulher ocupa o lugar de mãe (cuida da criança - criança tal que possui valor para a sociedade e para o pai), ela ascende à posição de valor perante o marido, à sociedade e à criança. Apesar desse movimento não ter sido o suficiente para estabelecer a igualdade entre homens e mulheres, atribuiu-se valor à posição materna, o que fez com que as mulheres aceitassem a tarefa mais facilmente (BADINTER, 1985).

No fim do século XVIII, a felicidade estava relacionada com a relação familiar. O amor conjugal deveria se estender até os filhos, e, assim, em posição de cuidadora dos filhos, a mulher aos poucos passou a cuidar do marido. Ao passo que a subordinação ao marido, presente nos séculos passados, foi perdendo sua força, logo não era mais aconselhado agredir a esposa. Era necessário ser companheiro (GRADVOH; OSIS; MAKUCH, 2014). A mulher deixa de ser vista como criatura diabólica, tomando uma posição de doce, amorosa e dona do lar (BADINTER, 1985).

Podemos observar que o papel de mãe dependia muito do interesse da mulher, que poderia aceitar a tarefa por motivações distintas. A partir dessa época, as imagens de mãe foram se modificando, quando se deu início a ideia de sacrifício, como prova de amor ao filho. A mãe deve se sacrificar em prol da vida do filho. Logo, criou-se a convicção de que o amor e carinho materno eram fundamentais para a sobrevivência da criança (BADINTER, 1985).

A morte de um filho, que séculos atrás era entendida como algo natural e comum, logo seria suprida por outro nascimento (ARIÈS, 1986). Agora, no século XVIII, é vivenciada com muita dor e sofrimento pelos pais (BADINTER, 1985). Conforme o autor, os pais, principalmente as mães, passam a ter o dever de estar o tempo todo atentos e vigilantes, pois a saúde e o bem-estar da criança tem muita importância.

Cada fase de seu crescimento precisa ser acompanhada e zelada para que seja vivida sem percalços.

Para ser considerada uma boa mãe, é preciso estar constantemente vigilante, cuidar da higiene, vestir, alimentar, ensinar e, se por algum motivo, mesmo que seja por alguma enfermidade da mãe, deixar de cumprir algumas dessas tarefas, é considerada uma mãe negligente. Os internatos deixaram de ser vistos como uma boa forma de ensino (ARIÈS, 1986), pois expor a criança a esse rigor significa que não a ama (BADINTER, 1985).

Não foi por acaso que as burguesas foram as primeiras mulheres a aceitarem com mais facilidade as tarefas da maternidade. Assumindo-as, ela ocuparia um lugar estratégico. Teriam assim controle dos bens materiais da casa e poder sobre os filhos, tornando-se a base da família ou como ainda costumamos denominá-la “rainha do lar”. Sendo assim, a esposa agora tem mais liberdade para expor seus interesses e opinião para seu marido (BADINTER, 1985).

Portanto, a maternidade foi enraizada no ideal como algo sagrado, religioso e até mesmo misterioso; uma função benevolente. A mulher que a pratica, sendo uma boa mãe, é considerada uma “mulher santa”, digna de admiração (BADINTER, 1985). Dessa forma, busca-se refletir como essa relação de maternidade como uma função sagrada é vista pelas mulheres e se ela exerce alguma influência sobre a maternidade do século XXI.

2.4 PAPEL SOCIAL DA MULHER E DA MATERNIDADE

Compreende-se por papel social o conjunto de posições sociais. A expectativa de comportamento que se espera de quem ocupa diferentes posições sociais (como a posição de psicólogo, de professor, de filho e de mãe) é chamada de papel prescrito. Então, sempre que ouvimos falar “a mulher deve agir assim” ou “atitude de mãe”, estamos dizendo que tipo de comportamento se espera de uma mulher ou de uma mãe (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2002).

O comportamento que se desempenha nos encontros sociais pode ser diferente ou até mesmo oposto ao que se espera de quem ocupa determinada posição social.

Chamamos de papel desempenhado. Os papéis sociais permitem ter maior adaptação a diferentes situações sociais, tornam-nos capazes de responder de forma diferente a cada um deles (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2002).

Os papéis sociais entre homens e mulheres se fizeram mais evidentes entre os séculos XVII e XIX. Com a ascensão do capitalismo, criou-se a divisão de tarefas. O homem era responsável por trazer o sustento do lar, trabalhando “fora”; a mulher, incumbida de cuidar e educar os filhos e, ainda, pelas tarefas domésticas. Existia uma noção patriota na Europa, envolvendo as taxas de natalidade, dando às mulheres um dever com a pátria, pois deveriam elas gerar e criar filhos saudáveis, para que se tenha uma nação forte e útil. Essa ideologia gerava certo desconforto em algumas mulheres que não sentiam o desejo de ser mãe, uma inadequação social (CORREIA, 1998).

É comum que a questão de gênero não seja concebida como algo construído socialmente e sim como algo “inato”, relacionado ao sexo biológico. O ponto principal da questão de naturalização do gênero é entender como que a característica reprodutora é atribuída “naturalmente” à mulher, o que influencia na inserção da mulher no meio social. Em grande parte da história da produção capitalista houve uma separação de gênero. Os homens produziam e as mulheres reproduziam o que tornava o homem um cidadão e restringia a mulher às atividades domésticas. O reflexo dessa desigualdade pode ser visto na divisão sexual do trabalho (ROSO; GASS, 2018).

Toda essa pressão social da época resultou em manifestações de dois grupos diferentes: um deles era o movimento radical composto por mulheres que entendiam a maternidade como uma forma de dominação masculina, pois estaria sempre em prol do cuidado da criança, logo impossibilitada de fazer outras atividades (SCAVONE, 2001); outro grupo era denominado de movimento maternalista, em que as mulheres entendiam que a maternidade era o legítimo papel da mulher e sua tarefa social. Devido a sua importância, o estado deveria remunerá-las para exercê-la (BOCK, 1991).

Movimentos feministas radicais lutavam pela liberação do aborto e pelo acesso gratuito a contraceptivos no início do século XX, pois se questionava o imperativo da maternidade sobre as mulheres, destituindo o homem do compartilhamento dessa responsabilidade (SCAVONE, 2001). Os movimentos continuaram ao longo do século XX. A luta pela liberdade pessoal possibilitou novas formas de pensar as relações familiares e as relações conjugais. Houve grandes mudanças sociais, econômicas e culturais, o que possibilitou rearranjar os lugares sociais que homens e mulheres ocupavam (ROSO; GASS, 2018).

Tais movimentos fizeram com que as mulheres viessem a participar e ocupar lugares públicos e privados, desempenhando novos papéis sociais que anteriormente eram tratados somente por uma figura masculina. Modificou também o comportamento restrito a gênero e sexualidade, tornando ilegal a discriminação com base no gênero, possibilitando as mulheres terem certa autonomia (ROSO; GASS, 2018). Trouxe também um pouco da participação masculina na maternagem dos filhos, geralmente quando a criança já tinha atingido idade escolar. Era uma participação de natureza amistosa (SCAVONE, 2001).

No fim do século XX, surgiram grandes avanços na tecnologia reprodutiva, que possibilitaram a separação da reprodução com a sexualidade. Rompeu-se com alguns tabus da época. Trouxe-se para discussão a possibilidade de a maternagem ser realizada por outras figuras e não somente a mãe biológica, originando assim novas formações familiares, inclusive casais homossexuais em que a maternagem pode ser exercida por dois pais ou duas mães, segundo Freire (2008).

Nota-se que os papéis sociais se transformam como modo de adaptação a cada geração ao longo da história humana e faz refletir acerca dos diversos valores que foram atribuídos à maternidade ao longo de sua existência, mostrando que os conceitos se modificam como efeito da interação do homem entre seus pares e com os diversos contextos sociais (GRADVOHL; OSIS; MAKUCH, 2014).

2.5 MULHER E MERCADO DE TRABALHO

O trabalho é compreendido, historicamente, como uma forma de autoexpressão da humanidade (SILVA; RAMMINGER, 2014) e, por muitos séculos, o trabalho, como

fonte de sobrevivência, foi visto como uma atividade atribuída apenas aos homens (FIORIN; OLIVEIRA; DIAS, 2014).

É no século XX, por volta dos anos 70, que as mulheres ganham lugar no mercado de trabalho. Isso se deu progressivamente. As mulheres solteiras, sem filhos e mais jovens, foram mais bem aceitas nesse período; já para as mulheres casadas e com filhos, esse processo foi ainda mais lento (FIORIN; OLIVEIRA; DIAS, 2014). Com o avanço das mulheres para o mercado de trabalho, funções que eram tidas como papéis femininos começaram a ser questionadas, assim como o de esposa e mãe. As mulheres agora podem almejar outros caminhos, escolher uma profissão, permitindo que os seus desejos e realizações pessoais se evidenciem (SMEHA; CALVANO, 2009).

Muitas discussões surgiram em torno desse novo olhar feminino. Questionava-se que a participação da mulher no mercado de trabalho colocaria as tarefas essenciais de sua vida de lado, prejudicando assim a estrutura familiar, além de ocupar um lugar até então masculino. O avanço do capitalismo e da industrialização levou as pessoas a buscarem qualificação para entrarem mais facilmente no mercado de trabalho, com isso, as mulheres começam a ocupar lugares em escolas e universidades (COUTINHO; MENANDRO, 2015).

Porém, o que vemos é que mesmo as mulheres sendo qualificadas, tendo formações acadêmicas, o mercado que tende a apresentar-se com maior facilidade são tarefas domésticas e de cuidado, como: auxiliar de serviços gerais, faxineira, diarista, babá e cuidadora. Esse cenário configura-se devido a construção histórica das tarefas incumbidas à mulher (GARCIA; VIECILI; 2018).

Atualmente, vê-se que as mulheres são ensinadas e incentivadas a trilharem suas carreiras e investirem em suas formações profissionais, porém enfrenta o dilema de terem que cuidar do lar, ser mãe, esposa e entre outras atividades que historicamente foram fundamentadas como papéis femininos (GARCIA; VIECILI; 2018). Imaginando que a carreira profissional aconteça simultaneamente ao período fértil da mulher, do ponto de vista biológico, as mulheres podem acabar tendo que optar por priorizar a

carreira profissional ou a maternidade, ou até mesmo se dividir dentro desses múltiplos papéis (PUCCINI; ARON; SANTIAGO, 2015).

Desde o nascimento, homens e mulheres pertencentes a comunidades e a grupos sociais são incumbidos de desempenharem papéis preestabelecidos de acordo com seu gênero. Dessa forma, as mulheres ocupam um papel central no arranjo familiar, principalmente como cuidadora, inicialmente cuidadora dos homens/maridos, dos filhos e dos idosos, cumprindo assim o papel de esposa, mãe e filha (LOPES; DELLAZZANA-ZANON; BOECKEL, 2014)

Pode-se observar que a mulher contemporânea ampliou o leque de possibilidades de papéis, tomando para si outras funções muito além das tarefas domésticas. Têm-se mulheres empreendedoras, ocupando chefia de multinacionais e representante de estado. Acredita-se que os avanços tecnológicos e econômicos, nos últimos 60 anos, tenham influência nesse movimento das mulheres, que, por consequência, influencia no sistema familiar (LOPES; DELLAZZANA-ZANON; BOECKEL, 2014).

É visto, hoje, que muitos lares são constituídos por famílias monoparentais, compostos por uma mãe e seus filhos. A mãe fica responsável pelo cuidado da casa, pelo educar, alimentar e sustentar a família (KALIL; AGUIAR, 2016). Conseqüentemente, nessa nova formação familiar, os valores e morais da família se modificaram. Passam de um sistema em que a figura de poder e autoridade era paterna, para um modelo em que a figura paterna muitas vezes é completamente ausente (LOPES; DELLAZZANA-ZANON; BOECKEL, 2014).

Estudos mostram que a busca das mulheres por um trabalho muitas vezes está associada a uma conquista de independência, não somente financeira e de depender de uma figura masculina, mas sim de liberdade de escolha e autonomia. Além disso, acredita-se que as mulheres que estão empregadas e recebem uma remuneração compatível com seu trabalho tendem a ser mais felizes (FIORIN; OLIVEIRA; DIAS, 2014).

O que se percebe é que não existe uma fronteira entre as demandas sociais e as demandas individuais de cada mulher. A sociedade olha para as mulheres de uma forma generalizada, logo se têm altos níveis de exigência e baixo respeito por suas

demandas, que parece não ter relevância em uma sociedade em que a mulher luta por igualdade de gênero (LOPES; DELLAZZANA-ZANON; BOECKEL, 2014).

2.6 AS IMPLICAÇÕES DA MATERNIDADE NO TRABALHO DA MULHER

A primeira onda de mobilização feminista iniciou-se em meados do século XIX, que buscava maior protagonismo na participação política, econômica e social. Desde então há vários movimentos ao longo dos anos, como a luta sufragista no século XX, pelo direito de voto feminino, que serviu como ponto de partida para movimentos feministas no Brasil e levou a conquista eleitoral em 1932 (SANTOS; BRUTTI, 2019). Graças a esses movimentos, atualmente a mulher pode estudar, participar da política, trabalhar fora do lar e ter maior liberdade de escolha (STIVAL; MARTINS, 2016).

A legislação prevê a proteção da mulher em relação à discriminação de qualquer natureza no mercado de trabalho. A Lei nº 9.799 (BRASIL, 1999) assegura à mulher um período de licença maternidade. A Lei nº 11.770 (BRASIL, 2008) permite que a mulher tenha 180 dias de licença com direito a receber salário maternidade no setor privado; no setor público, esse é de 120 dias, garantindo-lhe o direito de cuidar do recém-nascido.

Apesar desses indicadores, o que vemos na prática e na vivência das mulheres dentro de estabelecimentos e organizações é que existe discriminação, mais especificamente, dois tipos de discriminação: a formal e a informal. Há discriminação formal quando temos um homem e uma mulher trabalhando na mesma função, realizando as mesmas tarefas, porém é atribuído ao trabalho realizado pelo homem mais credibilidade do que o realizado pela mulher, pelo simples fato de ter sido realizado por uma mulher (BRANDÃO; LOPES, 2017).

A discriminação informal é, em sua maioria, praticada por superiores, mas também por colegas de trabalho. São mais comuns em lugares em que grande parte dos colaboradores são homens. Pode ser um assédio moral ou sexual dentro do contexto de trabalho. As organizações que ignoram esse tipo de discriminação tendem a criar um ambiente de trabalho desfavorável às mulheres (BRANDÃO; LOPES, 2017).

No âmbito da Economia, usa-se o termo Empregador Discriminador para se referir a empregadores que, por motivos pessoais, preferem trabalhadores menos produtivos a minorias, como mulheres e negros. Por isso, mantêm um padrão salarial, uma vez que não é possível medir a produtividade individual de cada sujeito e se baseiam em estereótipos de grupos específicos, o que explicaria o motivo da preferência da contratação do homem em detrimento da mulher, por existir os estigmas sociais impostos a ela (CIRINO, 2018).

Ainda em relação aos estigmas, quando o assunto é o cuidado da criança, a mulher ocupa o primeiro lugar nessa função devido à construção social do seu papel. Por consequência, a mulher sofre um certo preconceito velado, pois caso algo aconteça à criança, como uma enfermidade ou acidentes, a responsabilidade de suprir o ocorrido recai sobre a mãe/mulher (SALVAGNI; CANABARRO, 2015).

Entende-se que essa concepção social do papel feminino influencia diretamente no momento da contratação e demissão, posto que é questionado na entrevista de emprego se a mulher tem filhos, e se tem, quem fará o papel de cuidador enquanto ela estiver exercendo a sua função ou se tem rede de apoio (PUCCINI; ARON; SANTIAGO, 2015).

Dados do IBGE nos mostram que as mulheres fazem parte do grupo dos trabalhadores subocupados. São pessoas que gostariam de trabalhar mais, todavia, por terem outras tarefas, acabam trabalhando menos de 40 horas semanais, devido a outras ocupações. As mulheres representam 54% de 6,46 milhões de empregados (IBGE, 2019).

Outra questão que permeia o universo feminino em relação ao trabalho é a que tange a liderança. Existe uma ideia socialmente construída de que a liderança feminina é inferior à masculina, o que desqualifica as ações femininas nas empresas em posições de liderança. Do ponto de vista cultural e educacional, as mulheres, de uma forma geral, não são preparadas ao longo de seu desenvolvimento para liderar (BRANDÃO; LOPES, 2017).

Também se pode observar as mudanças que a multiplicidade de papéis da mulher trouxe quando falamos de maternidade tardia, depois dos 35 anos. Cada vez mais as

mulheres têm adiado a maternidade devido a motivos profissionais, buscando uma carreira, uma promoção para cargos de maior prestígio e melhor remuneração, mostrando assim que a maternidade influencia diretamente na inserção da mulher no mercado de trabalho. (LOPES; DELLAZZANA-ZANON; BOECKEL, 2014).

Observa-se que as mulheres, mesmo quando qualificadas, ocupam cargos de menor salário, sem grandes possibilidades de ascensão, quando comparado ao homem. De acordo com Safioti (2013), as mulheres acabam por buscar oportunidades com características mais femininas devido à concepção social de que nasceram para o casamento e para procriação.

É possível observar a diferenciação das principais ocupações de acordo com sexo. Em cargos de segurança pública como bombeiros, forças armadas e polícias, vemos que homens se sobressaem com 86,8 %, enquanto as mulheres ficam com 13,2% dos cargos, segundo o IBGE (2018). No entanto, em profissões de cunho intelectual, os homens ocupam 37%, enquanto as mulheres 63% dos cargos, segundo o IBGE (2018) – o que nos diz que apesar de as mulheres serem maioria nessa área, os homens ocupam grande parte delas, em comparação a cargos de maior predominância masculina.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O feminismo possibilitou à ciência ter um novo olhar em relação à mulher, retirando a perspectiva unilateral e trouxe uma perceptiva abrangente para as demandas sociais femininas, como o acesso a contraceptivos, maior liberdade na escolha da reprodução e da interrupção da gestação (PUCCINI; ARON; SANTIAGO, 2015).

De forma geral, as mulheres estão inseridas em trabalhos informais e precários, os quais não possuem garantias de direitos trabalhistas, além de não serem alvos de políticas públicas. Como consequência, as mulheres ocupam grande parte da linha de pobreza mundial. Esse fato se mostra resultante da construção histórica da divisão sexual do trabalho e do capitalismo (NASCIMENTO, 2016).

A desigualdade entre homens e mulheres é anterior ao capitalismo, mas vem se fortalecendo dessa desigualdade, a fim de gerar modos de existir e de se inserir no

mercado de trabalho, tendendo a produzir desequilíbrio nas relações trabalhistas e nutrindo-se delas (NASCIMENTO, 2016).

Os indicadores apontam que as lideranças femininas tendem a valorizar as singularidades pessoais de seus liderados. São mais pacientes para lidar com falhas e erros. Valorizam educação e o respeito, mostrando que, quanto mais as mulheres ocuparem esses lugares com seriedade no que diz respeito à oferta de promoções, nível salarial, demissões e contratações, menor será a desigualdade entre gêneros (BRANDÃO; LOPES, 2017).

Pode-se apontar que os papéis de gênero impostos socialmente necessitam de novos olhares que possibilitem uma ampliação dos papéis a serem desempenhados por ambos os sexos, tais como: as brincadeiras ditas de menino e de menina, maior participação paterna, ocupação da mulher em novos espaços, entre outros aspectos. Esse olhar mais ampliado possibilita uma quebra das desigualdades de gênero (BOTTON et al., 2015).

Em face das questões abordadas ao longo deste trabalho, concluímos que existe a necessidade de se educar a sociedade para que se promova a igualdade entre os sexos, rompendo com estigmas socioculturais, que se inicia desde a escolha da profissão até seu exercício dentro das organizações (MARTINS, 2017).

Dito isto, conclui-se que a educação se apresenta como um dos caminhos para atenuar a desigualdade de gênero em relação ao mercado de trabalho e na divisão das tarefas, como cuidar do lar e dos filhos, já que tais tarefas tendem a dificultar seu ingresso no mercado de trabalho, devido as problemáticas das suas múltiplas tarefas, sendo a maternidade uma delas.

Outra via seria a elaboração de políticas públicas com o foco em gerar debates para a ressignificação dos papéis de gênero, trabalhando a influência do machismo e da misoginia e fazendo com que a sociedade compreenda como esses valores morais a atravessam, valores esses que tendem a influenciar o ingresso da mulher no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. 4ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BOCK, G. Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados-providência (1890–1950). *In*: DUBY, G.; PERROT, M. (Orgs.). **História das mulheres. O século XX**. Porto: Afrontamento, p.451–452, 1991.
- BOTTON, A. et al. Os papéis parentais nas famílias: analisando aspectos transgeracionais e de gênero. **Pensando fam.**, Porto Alegre, v.19, n.2, p.43-56, dez. 2015.
- BRANDÃO, C. V.; LOPES, D. G. Conciliando a liderança e a maternidade: um estudo com recurso a histórias de vida. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v.6. n.4, p.270-285, nov. 2017.
- BRASIL. Decreto-lei n.º 11.770, de 9 de setembro de 2008. Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, p.1, 9 set. 2008.
- BRASIL. Decreto-lei n.º 9.799, de 26 de maio de 1999. Insere na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, p.1, 26 mai. 1999.
- CARVALHO, N. L.; OLIVEIRA, V. H. Mito do amor materno e a construção da subjetividade feminina. **Psicologia - Saberes & Práticas**, n.1, v.1, p.46-53, 2017.
- CIRINO, J. F. Discriminação por gênero no mercado de trabalho: uma comparação do diferencial de rendimento entre homens e mulheres para os anos de 2002 e 2014. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 51, jul/dez. 2018.
- CORREIA, M. J. Sobre a maternidade. **Análise psicológica**, n.16, v.3, p.365-371, 1998.

COUTINHO, S. M. S.; MENANDRO, P. R. M. Representações sociais do ser mulher no contexto familiar: um estudo intergeracional. **Psicologia e Saber Social**, v.4, n. 1, p.52-71, jul. 2015.

SALVAGNI, J.; CANABARRO, J. Mulheres líderes: as desigualdades de gênero, carreira e família nas organizações de trabalho. **Revista de Gestão e Secretariado**, v.6, n.2, p.88-110, 2015.

FIORIN, P. C.; OLIVEIRA, C. T.; DIAS, A. C. G. Percepções de mulheres sobre a relação entre trabalho e maternidade. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, jan.-jun. v.15, n.1, p.25-35, 2014.

FREIRE, M. M. L. Ser mãe é uma ciência: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. *História Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, suplemento, p.153-171, 2008.

GARCIA, C. F.; VIECILI, J. Implicações do retorno ao trabalho após licença-maternidade na rotina e no trabalho da mulher. **Fractal: Revista de Psicologia**, v.30, n.2, p.271-280, maio-ago. 2018.

GRADVOHL, S. M. O.; OSIS, M. J. D.; MAKUCH, M. Y. Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade. **Pensando fam.**, Porto Alegre, v.18, n.1, p.55-62, jun. 2014.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **No Dia da Mulher, estatísticas sobre trabalho mostram desigualdade**. Estatísticas Socias. Rio de Janeiro: IBGE. 8 mar. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20287-no-dia-da-mulher-estatisticas-sobre-trabalho-mostram-desigualdade>>. Acessado em: 29 out. 2019.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Em 2018, mulher recebia 79,5% do rendimento do homem**. Estatísticas Socias. Rio de Janeiro: IBGE. 8 mar. 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23923-em-2018-mulher-recebia-79-5-do-rendimento-do-homem>>. Acessado em: 29 out. 2019.

KALIL, I. R.; AGUIAR, A. C. Trabalho feminino, políticas familiares e discursos pró-aleitamento materno: avanços e desafios à equidade de gênero. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v.40, n.110, p.208-223, set. 2016.

LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, A. F.; CIAMPA, A. C.; ALMEIDA, J. A. M. Psicologia social como psicologia política?: A proposta de psicologia social crítica de Sílvia Lane. **Psicologia Política**, São Paulo, v.9, n.18, p.223-236, Jul.- dez. 2009.

LOPES, M. N.; DELLAZZANA-ZANON, L. L.; BOECKEL, M. G. A multiplicidade de papéis da mulher contemporânea e a maternidade tardia. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v.22, n. 4, p.917-928, 2014.

MARTINS, T. B. **A equiparação da licença paternidade à licença maternidade como forma de reduzir a discriminação de gênero no mercado de trabalho**. Monografia - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário De Brasília, Brasília, 2017. 74p.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia de pesquisa científica**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

NASCIMENTO, S. D. Precarização do trabalho feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, número especial, p.339-346, nov. 2016.

PUCCINI, B. C.; ARON, M. L.; SANTIAGO, E. B. Trabalhadora e mãe: papéis, identidade, consciência política e democracia. **Revista Psicologia Política**, v.15, n.34, p.587-597, set.-dez. 2015.

RESENDE, D. K. Maternidade: uma construção histórica e social. Pretextos - **Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, Belo Horizonte, v.2, n.4, jul./dez. 2017.

ROSO, A. R.; GASS, R. L. Novos tempos, novos lugares: reflexões sobre a maternidade em grupos de empoderamento de mulheres. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v.24, n.2, p.442-461, ago. 2018.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3ª ed. Editora expressão popular, São Paulo, 2013.

SANTOS, A. R.; BRUTTI, T. A. O feminismo e a luta pela desconstrução de estereótipos: uma busca pela efetivação da igualdade à luz da constituição federal de 1988. **DI@LOGUS**, v.8, n.1, p.12-28, jan.-abr. 2019.

SCAVONE, L. Maternidad: transformaciones en la familia y en las relaciones de género. **Interface _ Comunic, Saúde, Educ**, v.5, n.8, p.47-60, 2001.

SILVA, C. O.; RAMMINGER, T. O trabalho como operador de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.19, n.12, p.4751-4758, 2014.

SILVA, F. L. Corpo, gênero e ciência nas diretrizes da Organização Mundial da Saúde: reflexões sobre corpos grávidos e uma "maternidade positiva. In. VII Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia , 2019, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ReACT-Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia, v.4, n.4, 2019.

SMEHA, L.; CALVANO, L. O que completa uma mulher? Um estudo sobre a relação entre não-maternidade e vida profissional. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v.27, n.58, p.207-217, jul.-set. 2009.

STIVAL, M. M.; MARTINS, N. L. S. O que é feminismo? O progresso histórico dos movimentos feministas e a conquista de direitos pelas mulheres. **Revista Jurídica**, v.15, n.1, p.99-111, jan.-jun. 2016.

VIERA, C. A. L.; ÁVILA, A. A. Um olhar sobre o fenômeno da maternidade naturalista: refletindo sobre o processo de maternagem. **Gênero**, Niterói, v.18, n.2, p.26-47, 1.sem. 2018.